

Relator diz que fim do jeton já tem consenso

16 OUT 1985

BRASÍLIA — O fim do jeton, pago aos Deputados e Senadores pelas reuniões plenárias, é uma idéia que já alcançou o consenso, segundo assegurou ontem o relator-geral da Comissão Interpartidária Mista das Prerrogativas do Poder Legislativo, Deputado Cássio Gonçalves (PMDB-MG). Ele disse que nos contatos quase diários que vem tendo ultimamente com líderes partidários e colegas da Câmara vem sentindo como majoritária a tendência para acabar com o subsídio variável.

Acabando o jeton, proporcionalmente aumentará a cota de imposto de renda na fonte dos parlamentares, o que o relator interpreta como medida que agradará também ao Executivo, na medida em que lhe aumentará a receita tributária.

Cássio Gonçalves disse que deverá prevalecer a fórmula apresentada pelo Deputado Flávio Marcílio (PDS-CE), três vezes Presidente da Câmara, segundo a qual "os Deputados e Senadores perceberão, igualmente, pelo desempenho do mandato, subsídio mensal, representação e ajuda de custo, estabelecidos ao fim de cada legislatura para a subsequente, mediante decreto legislativo".

Atualmente, na Constituição está previsto, no artigo 33, que "o subsídio, dividido em parte fixa e parte variável, e a ajuda de custo de Deputados e Senadores serão iguais e estabelecidos no fim de cada legislatura para a subsequente". Com isso, a parte variável (jeton) não recebe incidência de imposto de renda.

Cássio Gonçalves disse também que a questão do decurso de prazo está praticamente decidida, com uma simples alteração. Atualmente a figura do decurso de prazo é usada (ou era usada pois o Presidente Sarney ainda não pediu urgência para nenhum dos seus projetos enviados ao Congresso) para a aprovação de matérias. Quando não houver decisão do Congresso Nacional, a intenção de Cássio Gonçalves é manter o decurso de prazo, mas para rejeitar — e não para aprovar — as matérias que não tenham sido votadas.